

UMA CHÁCARA NO BRÁS

Maria Aparecida Lacerda Duarte Weber

Resumo: *Este trabalho trata do nascimento de uma praça que tem 180 anos de existência, única no bairro do Brás, na cidade de São Paulo/Brasil.*

Abstract: *This work is about a public square, 180 years old and a single in Brás quarter, in São Paulo/Brazil.*

Circundada pelas atuais ruas: Ministro Firmino Flaquer, Joaquim Nabuco, Barão de Ladário, e o Viaduto Ministro Alberto Marinho e o Viaduto do Gasômetro, o Largo da Concórdia, cortado por atuais passagens irregulares situado no bairro do Brás, é o único espaço público significativo existente nesse bairro. Pequena e descaracterizada, conta com quase dois séculos de vida (1832-2012). Sua história é pequena e singela, mas nasceu dentro de um contexto histórico maior e exuberante que é a história da cidade de São Paulo que beira seus 500 anos (458, em 2012).

Este trabalho nasceu quando a pesquisa ligou essa praça ao nome do brigadeiro (depois Marechal de Campo) Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, que é parte integrante de um trabalho exaustivo, em andamento, sobre a família GALVÃO DE MOURA LACERDA, na Península Ibérica e no Brasil.

Joaquim Mariano foi muito citado em documentos da Câmara Municipal de São Paulo durante o processo de abertura da mencionada praça.

Conforme os documentos a chácara aqui mencionada tem o espaço aproximado de quase um quarteirão (66 m de frente); não era grande e não era residência da família, mas constituía parte do patrimônio adquirido pelo brigadeiro Joaquim Mariano, que dedicou sua vida à defesa das fronteiras do Sul brasileiro e aos seus múltiplos negócios.

Sobre a vida desse militar, há um item específico, no trabalho maior em construção, sobre sua família, com seus ascendentes e descendentes. Ele nasceu em Santos/SP em 5 de fevereiro de 1770 e faleceu em 1834. Era filho do conhecido Brigadeiro Galvão, José Pedro Galvão de Moura Lacerda, cujo nome foi

dado à Rua Brigadeiro Galvão, na Barra Funda; sua mãe era Gertrudes Teresa de Oliveira Montes.

Considerando-se que o conceito de LARGO e PRAÇA se complementam e pesquisando o bairro do Brás, encontra-se o mencionado Largo da Concorórdia, pioneiro, dentro do primeiro plano urbanístico para o bairro, datado de 1832. Suas dimensões, próximas de 132 m, lhe dão um porte bem maior que outras pequenas áreas verdes que surgiram, no futuro então ainda distante.

A planta de 2011, do bairro do Brás registra quatro partes verdes, com os nomes de: Praça Agente Cícero, Praça Ítalo Lázaro Nicodemo, Praça Domingos Frangione e Praça Cantinho dos Imigrantes; são muito menores que o Largo da Concorórdia e duas delas surgiram com a construção da Linha Metroviária na região. O Largo da Concorórdia permanece portanto como a maior área verde e a mais antiga daquele bairro e, com quase dois séculos de existência (1832-2012).

NOTAS

1 – LARGO: “num traçado urbanístico, [o largo é uma] área de dimensão mais espaçosa do que as ruas ele intercepta.” (Houaiss – p. 1725)

2 – PRAÇA: “[é uma] área pública, não construída, dentro de uma cidade.” (Houaiss – p. 2276)

OS CAMINHOS

Quando no século XVI os europeus chegaram ao Brasil, encontraram uma verdadeira malha viária formada pelas trilhas indígenas. Estas contornavam os obstáculos naturais revelando a experiência daqueles que as tinham aberto. Tão grande era o acerto da escolha dos lugares por elas percorridos que, muitas das grandes e modernas vias, que no século XXI conhecemos, utilizaram em parte ou no todo, as velhas trilhas indígenas.

Uma dessas velhas trilhas gerou, no século XVII, o Caminho da Penha, ou Estrada Geral. Rústica e mal cuidada, unia dois núcleos povoados situados, ambos, sobre duas regiões acolinadas. Unia o centro da cidade de São Paulo ao bairro da Penha.

Uma devoção portuguesa a Nossa Senhora veio para o Brasil com os colonizadores. Os bandeirantes paulistas ao partirem para o sertão em busca de índios e ouro, ou na simples defesa de suas terras, levaram consigo essa devoção, apesar de rudes. Deles se disse: “à frente ia o facão e atrás Nossa Senhora”. (Cassiano Ricardo). Ambos os protegeriam.

Em 1668, a região da Penha, que logo ganharia a posição de bairro, era conhecida dos paulistas; nela se estabelecera, em uma grande fazenda com ermi-

da e curral, Matheus Nunes de Siqueira. Ele é considerado o fundador do bairro e, seu irmão, o padre Jacinto Nunes de Siqueira, era o responsável pela capela ali erguida, em honra à Nossa Senhora da Penha.

A devoção a Nossa Senhora levava os paulistas até a ermida da Penha, em peregrinação. Esse fato transformou a pequena e antiga trilha usada pelos bandeirantes, no já mencionado Caminho da Penha.

Durante o século XVII, muitos homens requereram terras no entorno da sesmaria de Matheus Nunes de Siqueira.

Tornou-se costume entre os paulistas requisitarem a permanência da imagem de Nossa Senhora da Penha na igreja da Sé, sempre que algum mal maior afligisse a população. A imagem era levada em procissão e depois devolvida à sua igreja.

Entre o percurso feito da Penha à Sé, o cortejo, que trasladava a santa, parava na capela do Senhor Bom Jesus dos Matosinhos, na “paragem do Brás”.

José Brás era o mais antigo morador daquela zona de passagem. Proprietário de grande fazenda com curral e ermida, erigira em suas terras uma capelinha. Seu nome de família, Brás, passou a denominar aquela região.

Sobre José Brás, talvez o mais antigo morador daquela região, pouco se sabe. A primeira informação data de 4 de março de 1769 quando uma Ata da Câmara Municipal de São Paulo registrou uma petição feita pelos moradores do Bairro Pari, situado no limite norte do Brás, o pedido para a construção de pontes no caminho que ligava “às terras de José Brás e a chácara do Nicolau” evidenciaram a presença de seu provável fundador.

Na segunda metade do século XVII, a região do Brás diferia muito daquela que no século XXI conhecemos. Sua posição periférica, próxima do centro povoado de São Paulo e do início do Caminho que se dirigia ao Rio de Janeiro, tornou-a zona de passagem; esta seria muito requisitada nos séculos XVIII, sobretudo por pessoas ligadas, por motivos diversos, aquela que se transformaria em sede da monarquia portuguesa em 1808, no século XIX.

A partir do final do século XVIII e no século XIX, cresceram os pedidos de datas de terras e, na margem esquerda daquele Caminho formaram-se numerosas chácaras.

As cartas de concessão das datas de terras revelam nomes de pessoas abastadas que iriam residir naquelas chácaras, lá formadas, ou iriam mantê-las para seus descansos. Aquela bucólica região recebeu muitos elogios daqueles que a conheceram naquele passado distante.

Era costume referir-se à região como “Paragem no Brás”. Bernardo Guimarães descreveu o Brás dizendo: “... o bairro é encantador. A Capela de São Brás com seu campanário branco, e aquelas casas dispersas pela planície,

exalam um perfume idílico.” A atual Ladeira do Carmo era então conhecida como “Varje do Carmo” da cidade de São Paulo, situada na “saída desta cidade para a Penha”. A “Estrada da Penha” é hoje a Avenida Rangel Pestana.

Emílio Zaluar se referiu ao Brás dizendo: “... *entramos em São Paulo pelo lugar chamado Brás. É um dos Arrabaldes mais belos e concorridos, notável pelas suas chácaras onde residem famílias abastadas.*”

José de Alencar disse: “... *o Brás é um dos mais pitorescos arrabaldes da capital de São Paulo.*”

O Monsenhor José Marcondes Homem de Melo, no início do século XIX, disse que na margem da Estrada Geral (Caminho da Penha para o Rio de Janeiro, atual Rangel Pestana) havia “chácaras de pessoas abastadas da cidade” e mais ao longe, “os casebres”. Nessas chácaras, poucas famílias abastadas residiam, sendo que algumas dessas propriedades “*ocupavam áreas muito grandes*”. (Silva Bruno, I, pp. 202-203).

Quem transpunha a ponte do Franca sobre o Rio Tamanduateí, chegava na planície e ao bairro do Brás. (idem p. 201).

Em 1819 o botânico francês August de Saint Hilaire descreveu minuciosamente a várzea do Tamanduateí, que era diferente das que conhecia (idem p. 212); achou-a interessante e destacou a presença das lavadeiras em suas margens.

“no início do século XIX (antes de 1818) ... além da várzea, habitações dispersas, ranchos toscos com uma venda anexa, dando para terrenos fechados por valados profundos, onde se recolhia a animalada das tropas, e grupos de pequenas casas mal edificadas ao longo da estrada para o Rio de Janeiro, as quais entretanto, em 1818, já se consideravam bastantes para constituírem uma paróquia distinta sob o nome de Brás”. (p. 198-199, S. Bruno vol I.) (Silva Bruno citando Teodoro Sampaio).

No século XIX, o rio Tamanduateí era navegável e muito usado (idem, p. 211). Suas margens eram pantanosas e, por esse motivo, a travessia dele exigia a construção e constante reparo de pontes sobre o pântano, e teve que ser pavimentada uma grande extensão. (S. Bruno, I, p. 233).

Somente no século XVIII, o bairro do Brás aparece citado nos documentos oficiais, embora já habitado, escassamente, desde o século XVII.

No século XVIII, o Caminho da Penha, para o Rio de Janeiro, se tornava cada vez mais movimentado, o que contribuiu para aumentar a procura de terras e a sua valorização.

No século XIX, conforme já mencionado, tendo o Rio de Janeiro se tornado sede da monarquia portuguesa, as viagens de negócios e de interesses políticos entre outros, cresceram muito. Para facilitar a vida daqueles que tinham

vínculos com o Rio de Janeiro, algumas famílias buscaram residir nas proximidades da Estrada Geral e no bairro do Brás. De 1800 a 1840 foram muitas as petições, geralmente, de terras na margem esquerda da mencionada estrada; isto para quem saía da cidade de São Paulo, junto das terras de José Brás.

Destaco três, entre muitas petições: uma feita em 1815 por Manuel da Cunha de Azevedo Coutinho Souza Chichorro, fidalgo, cavaleiro da Casa Real, secretário do Governo de São Paulo e desembargador; outra feita em 1825 pelo capitão-mor Eleutério da Silva Prado. Essas chácaras e mais uma terceira chácara de 1802, pertencente ao brigadeiro Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, fariam parte, em 1832, de um plano urbanístico e seriam citados em muitas Atas da Câmara Municipal de São Paulo.

Até aquele ano de 1832, o Brás não tinha nenhum planejamento urbano e suas ruas eram mal traçadas, estreitas, irregulares e com muitas terras devolutas e vazias.

Em 5 de junho de 1832, o antigo fiscal municipal Justiniano Mello Franco, apresentou à Câmara Municipal de São Paulo um modesto plano urbanístico, que tinha por objetivo melhorar o bairro do Brás e nele abrir uma praça que iria valorizar aquelas terras. (Mendes Torres, *O Bairro do Brás*, p. 66 e seguintes).

Em 17 de julho de 1832, o projeto foi aprovado e o lugar escolhido foi a área “*fronteira ao brigadeiro Joaquim Mariano [Galvão de Moura Lacerda], nos [seus] lados e fundos*” e “*uma rua atravessará a praça*” a ser aberta. Esse espaço público receberia o nome de Largo do Brás, inicialmente, e Largo da Concórdia, no futuro. Ela permanece como a maior praça naquele bairro até este século XXI. As terras situadas no entorno do largo foram então muito requisitadas e, nas petições, a chácara do brigadeiro Joaquim Mariano era sempre citada. O seu testamento registrou a existência de três chácaras suas no Brás; destas propriedades conhecemos os seus nomes: Chácara Alecrim, Chácara Rosa e Chácara Boa Vista, mas desconheço qual delas se situava na frente da futura praça aberta no Brás. Não encontrei referência ao nome daquela que serviu de marco para o traçado da praça.

Dizem os documentos (A.C.M.S.P.) “... *só deve ter lugar a concessão das extremidades da praça fronteira ao brigadeiro Joaquim Mariano [Galvão de Moura Lacerda] nos lados e fundo, sendo mister que unce [você] faça medir a extensão desde a última casa em seguimento da [casa] de Manuel da Cunha [de Azevedo Coutinho de Souza Chichorro] até a propriedade do capitão-mor Eleutério [da Silva Prado], medindo também a frente ao do brigadeiro até perfazer 60 braças (± 132 m) assinalar este ponto*”.

Outro documento de medição de terras diz: “... *medir a extensão do terreno desde a última casa em seguimento da de Manuel da Cunha até a proprie-*

dade do capitão-mor Eleutério [da Silva Prado], medindo também o fundo, em frente do brigadeiro Joaquim Mariano Galvão [de Moura Lacerda].”

Em 17 de julho de 1832 a C.M.S.P. recebeu 63 pedidos de datas de terras “no lado esquerdo da estrada que segue para a Penha, no lugar fronteiro à chácara do brigadeiro Joaquim Mariano Galvão [de Moura Lacerda].”

O responsável pelas medidas da praça, que então se formava, era José Joaquim de Carvalho.

Em 5 de outubro de 1836, um Auto de Vistoria e Alinhamento de terras constatou que algumas concessões vinham desrespeitando o espaço destinado a futura praça; igualmente determinou a abertura de “*uma rua de sessenta palmos, que deve atravessar a praça ali existente, partindo das terras do desembargador Manuel da Cunha de Azevedo Coutinho Souza Chichorro às do capitão-mor Eleutério da Silva Prado, de um lado com a rua denominada da Cruz, doutro com o terreno hoje alinhado para se conceder a D. Ana Rosa, e pelos fundos com as terras devolutas que olham para a várzea do Pari.*” (ao norte do Brás).

Em 1834, faleceu o brigadeiro Galvão (Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda) e seus bens foram herdados por sua esposa Joana Emília Veloso de Oliveira e seus filhos. Ela é citada em 1836, quando foi registrado o pedido de terras situadas a “*Hum quarteirão de terras em frente a Chácara de D. Joana Velloso, junto à praça ali existente...*”. Igualmente, as terras concedidas a Ana Eufrásia da Natividade foram concedidas com sua frente voltada para a praça existente (na frente) “*fronteira às terras da viúva do Marechal de campo (ele fora promovido) Joaquim Mariano Galvão*”.

Naquele ano de 1836, Daniel Pedro Muller, engenheiro e marechal, fez um recenseamento em São Paulo e este apontou que no Brás residiam: “*328 brancos, 156 pretos e 175 índios*”. A região era ainda suburbana e suas chácaras conservavam seu aspecto rural.

“... a praça junto à chácara dos herdeiros do Marechal Galvão” se situava portanto dentro de terras devolutas loteadas pela Prefeitura. (Mendes Torres, p. 68).

Em 1846, a Prefeitura deu início à urbanização do Brás, que ainda era área rural, ainda havia muitos terrenos baldios. Como toda várzea, as águas do Tamandateí frequentemente inundavam a região, o que dificultava sua ocupação. Tão problemático era residir no Brás naquele século, que Almeida Nogueira (Reminiscências, II, p. 89) diz: “*nesta freguesia não reside estudante algum, somente por aqui aparecem nas ocasiões das festas paroquiais.*” Seria impossível residir no Brás e frequentar o curso na Faculdade de Direito no Largo São Francisco.

O brigadeiro Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda e sua família, embora tendo três chácaras no Brás, residia no centro da cidade de São Paulo, conforme já mencionado, na Rua Boa Vista, 53. Sua história é ligada à história militar brasileira, pois se distinguiu nas Campanhas, nas Fronteiras do Sul; está igualmente ligado à história de São Paulo e do velho bairro do Brás.

Há registro de, ao menos, quatro parentes do brigadeiro Joaquim Mariano, que possuíam chácaras na Estrada Geral para o Rio de Janeiro: Joana Batista Galvão de Moura Lacerda, irmã do brigadeiro; Gertrudes Galvão de Moura Lacerda, também irmã do brigadeiro e casada com o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão; Eleutério da Silva Prado, cunhado de Manoel Rodrigues Jordão e de Gertrudes Galvão de Moura Lacerda, pois era casado com Ana Vicência Rodrigues Jordão, irmã de Manoel Rodrigues Jordão; Ana Eufrosina Jordão, filha primogênita de Manoel Rodrigues Jordão e Gertrudes Galvão de Moura Lacerda; Ana Eufrosina era casada com Rafael de Araújo. Segue documento sobre a posse de terras no Brás, em 1802, pelo brigadeiro Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda e um curioso Anexo, sobre a Estrada Geral.

ANEXO

No livro Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo, de Daniel Pedro Müller, acha-se encartado um trabalho de Hércules Florence datado de 1837. Trata-se de uma POLYGRAPHIA, arte criada por ele e retrata de forma simples e didática os caminhos que, naquele século, saíam de São Paulo dirigindo-se à várias direções.

O encarte, situado entre as páginas 244 e 245, não é numerado.

Para este trabalho aqui apresentado, relativo a uma chácara no Brás, na beira do Caminho para a Penha e desta para o Rio de Janeiro, no século XIX, achei interessante anexar aqui os 25 pontos apresentados sobre uma linha reta que unia São Paulo ao Rio de Janeiro conforme o gráfico feito por Hércules Florence.

1º saída de São Paulo; 2º Brás; 3º Penha; 4º São Miguel; 5º Itaquaquecetuba; 6º Mogi das Cruzes; 7º São José de Paraitinga; 8º S. Blanca; 9º Rio Paraíba (apresentado como duas linhas paralelas e sinuosas); 10º Jacareí; 11º São José dos Campos; 12º Caçapava; 13º Taubaté; 14º São Bento do Sapucaí; 15º Pindamonhangaba; 16º Nossa Senhora da Aparecida; 17º Guaratinguetá daí ia-se a Paraty; 18º Lorena, daqui ia-se a Cunha e Paraty; 19º rio Paraíba; 20º Silveiras; 21º Áreas; 22º São José do Barreiro; 23º Bananal; 24º Rio Pirahy; 25º Rio de Janeiro.

DOCUMENTO SOBRE A POSSE DAS TERRAS NO BRÁS

O LIVRO DE REGISTROS DE DATAS DE TERRAS – vol. nº VI pp. 4, 5, 6 e 7 apresenta os seguintes assentamentos relativos à data de terra adquirida por Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda no Brás, na várzea do Carmo, em 1802. (ver Atas C.M.S.P. livro XX, 372): *“em 02 de outubro de 1802, o tenente Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda foi convidado pela Câmara Municipal de São Paulo (C.M.S.P.) para acompanhar a abertura de valos a serem feitos junto das terras que seriam por ele adquiridas na Várzea do Carmo. Esse convite foi publicado em 04 de outubro de 1802 pelo termo de Vereança de São Paulo. Essas terras se situavam junto do caminho que saía do centro da cidade, descia para a várzea do Carmo que dava início ao caminho que conduzia à Penha.”*

Em 7 de outubro de 1802, o médico-cirurgião Dr. Tomaz Gonçalves Gomide “fez concessão de sua data de terra para o tenente Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda”, mas o senado da Câmara não assinou, nessa data, o termo de posse que dava “a competência especificamente” dessa posse.

As terras do tenente Galvão ficavam “além da Chácara das Freiras”, indo da cidade para os bairros do Caaguassu e da Moóca; ela media “30 braças de testado (frente) entre os caminhos” citados e deixava livre um corredor com 6 braças de largura, para se chegar à Moóca. Chegava a propriedade até as fraldas (sopé) do morro (acolinado) deixando livres todos os caminhos e servidões públicas explicitados no despacho. (uma braça equivalente a 2,2 m lineares).”

Conforme registrou a Ata da C.M.S.P., e explicitou o despacho aqui citado, o tenente Galvão embora conhecendo os quesitos necessários para que se procedesse a abertura dos valos junto da sua propriedade, e mesmo sem ter recebido, ainda, o documento oficial da C.M.S.P. que lhe garantia a posse do imóvel ordenou que se desse início à abertura dos mencionados valos, que desobedecendo o projeto municipal, prejudicavam o caminho para o Caaguassu. Este ficaria alagado nos tempos chuvosos e seria impossível nele transitar. Dentro de seus direitos a C.M.S.P. ordenou que a abertura fosse suspensa e que os valos abertos fossem novamente fechados pelo tenente que deveria pagar os custos desse trabalho. Esse procedimento foi exigido pelo almotacé (inspetor encarregado da exata aplicação de pesos e medidas e da taxaçaõ e distribuição dos gêneros alimentícios) da Câmara. Os registros foram assinados pelo escrivão da Câmara, Francisco de Toledo e datado de 7 de outubro de 1802. (Atas C.M.S.P. vol. XX, 372).

Um auto, datado de 28 de fevereiro de 1831, (LIVRO DE REGISTROS DE CARTAS DE DATAS DE TERRA. (1830-1831) vol. IX pp. 201, 202) ao se referir ao alinhamento da data de terra do tenente Francisco de Assis, cita seus

vizinhos, proprietários de terras e entre eles são citados as terras “do dito brigadeiro (fora promovido) Galvão”. Nessa data ele já era proprietário há quase 30 anos.

Na residência do brigadeiro Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, sua esposa Joana Velloso de Oliveira criou a menina Bárbara Frank, filha do professor Júlio Frank, do Curso Anexo Preparatório para alunos que iriam cursar a Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo São Francisco. Esse fato gerou uma comovente história narrada por Afonso Schmidt em seu livro *A Sombra de Júlio Frank*. A residência da família Galvão de Moura Lacerda, já mencionada, se situava na Rua Boa Vista, 53, na capital paulista.

XXXXXXXXXXXXXX

FONTES CONSULTADAS:

LIVROS

- AGUIRRA, João Batista de Campos. *Patentes, Provisões e Sesmarias* concedidas nos anos de 1721-1820. São Paulo: I.G.S.P., 1930.
- ATAÍDE, Jorge Clóvis Júnior de, *Luz*. São Paulo: P.M.S.P, 19
- BARROS FERREIRA. *O nobre e antigo bairro da Sé*. São Paulo: I.G.H.S e I.G.H.S.S.P., 1953.
- BOMTEMPI, Sílvio. *O bairro da Penha*. São Paulo: P.M.S.P., 1971. Coleção História dos bairros de São Paulo.
- BORREGO, M. Aparecida de Menezes. *História e Cultura Material: laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo, séculos 18 e 19*.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. Vol. IV Coleção.
- COSTA E SILVA, A. J. Sobrinho. *Santos noutros tempos*. São Paulo: I.G.H.S e I.G.H.S.S.P., 1953.
- FERREIRA BARROS, *O nobre e antigo bairro da Sé*. São Paulo: P.M.S.P, 1971. Coleção: História dos bairros de São Paulo.
- LOBO, Pelágio A. *Velhas figuras de São Paulo*. São Paulo: A.P.L. 1977, p. 846.
- MARQUES, MANUEL Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos e Noticiosos da Província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins, 1954. Vol. I e II. Coleção IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo.
- MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo:1554-1910*. Rio de Janeiro, 1911. Coleção. Vol. II.
- MARTINS DOS SANTOS, Francisco. *História de Santos*. Santos/SP: Revista dos Tribunais, 1973, vol. I e II. 1ª edição.

- *História de Santos e Polianteia Santista*. São Vicente/SP; Ed. Caudex Ltda, 1986. Vol. I e II. 2ª edição.
- MENDES TORRES, Maria Celestina Teixeira. *O bairro do Brás*. São Paulo: P.M.S.P, 1969. Coleção da História dos bairros de São Paulo. Departamento Cultural.
- MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, 3ª edição. Coleção Paulística, vol. XI, p. 258 e 636 e seg.
- NUNES, Eunice; CARVALHO, ABREU, Rezende Santos. *A Heróica Pancada: 100 anos de luta – 1903-2003*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.
- PEREIRA, Antonio Carlos. *Folha Dobrada*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1982.
- RIBEIRO, J. J. *Cronologia Paulista*. Coleção de História Militar. Vol. I, 658 e seg.
- SANTANA, João Gabriel. *Repertório Biográfico e Genealógico Paulista*. São Paulo: Press Grafic, 1987, p. 386 e seg.
- SILVA BRUNO, Ernane da. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*: Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. Coleção, vol. I, II e III.
- SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: I.G.S.P, 1905, vol. VII, 192 e seg. Título Freitas.
- SIRIANI, Sílvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo Alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Imprensa Oficial (Julius Frank).
- SOMMER, Friedrich. *Crônica Histórica*. São Paulo. S. d. Manuscrito em alemão traduzido pelo prof. Sérgio Weber (Julius Frank).
- SOUZA, João Batista Filho, de. *Notas Genealógicas sobre a família Galvão de Moura Lacerda*. São Paulo, 1925.
- ZENHA, Edmundo. *A Vila de Santo Amaro*. São Paulo, 1977.

DOCUMENTOS

- LIVRO DE REGISTRO DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA CONSOLAÇÃO/SP
 1 – Brigadeiro Galvão 13-09-1834. São Paulo. Falecimento
 2 – LIVRO Nº I fl. 31, v. JOANA EMÍLIA VELLOSO DE OLIVEIRA [G. M. LACERDA] LIVRO Nº VIII, fl. 58 (1861-São Paulo). (sepultamento)
- LIVRO DA ATAS DA C.M.S.A. – Nº 51, fl. 306 – (O LARGO DA CONCÓRDIA).
- LIVRO DE REGISTROS DE DATAS DE TERRAS – C.M.S.P, vol. VI, p. 4 a 7.
- LIVRO DE REGISTRO DE CARTAS E DATAS DE TERRA – Papéis Avulsos da C.M.S.A. 1931-1832; 1886-1890 (Santo Amaro) da DAESP – 1821-1825. (S. Paulo).

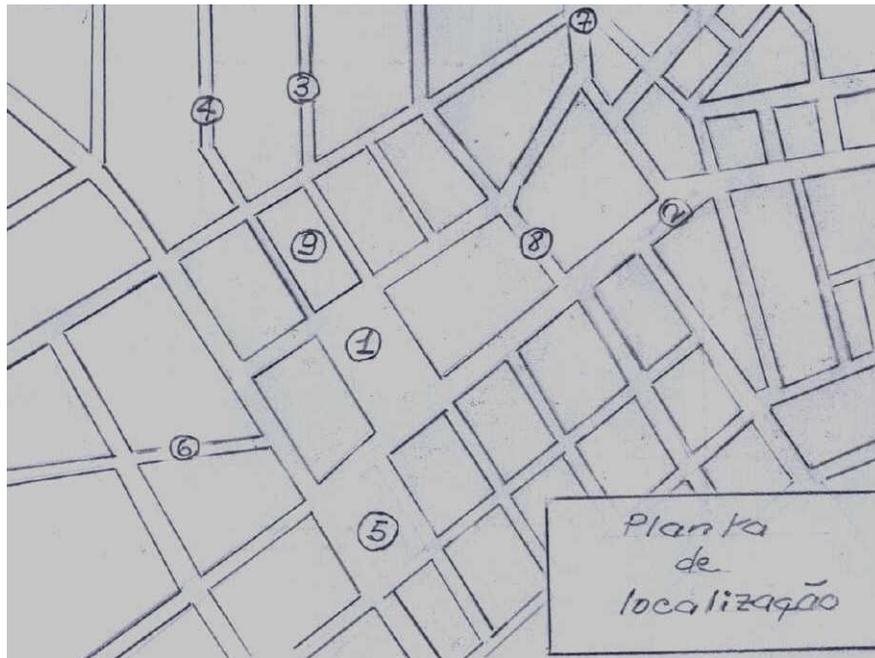
ÁLBUNS

CALDEIRA, João Neto. Álbum de Santo Amaro. São Paulo: Ed. Organização Cruzeiro do Sul, 1948.

DICIONÁRIOS

ALMEIDA BARATA, C.E. de CUNHA BUENO, A. H. Dicionário das Famílias Brasileiras. São Paulo, 2001. Vol. I e II.

FARINHA, Sanches Baena. Dicionário Aristocrático – NOTA 25. Prerrogativas.



Na planta temos: (1) Largo da Concórdia, (2) Rua Rangel Pestana, (3) Rua Müller, (4) Rua Barão de Ladário, (5) Estação do Brás, (6) Rua do Gasômetro, (7) Praça Padre Bento, (8) Rua Maria Marcolina e (9) Chácara do Brigadeiro Joaquim Mariano G. Moura Lacerda.